

-----Ata número dois de dois mil e dezasseis-----

---Ao vigésimo segundo dia do Mês de Abril do Ano de Dois Mil e Dezasseis, reuniu a Assembleia Municipal em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

---**Ponto um:** Período antes da ordem do dia;-----

---**Ponto dois:** Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes (artigo 25º, nº 2, alínea C da Lei 75/2013 de 12 Setembro); -----

---**Ponto três:** Contratos de Aquisição de bens e serviços com encargos plurianuais, autorizados pela Assembleia Municipal, nos termos do n.º1, artigo 30.º, das Normas de Execução Orçamental, que fazem parte integrante das Grandes Opções do Plano e Orçamento 2016 – Tomar Conhecimento;-----

---**Ponto quatro:** Apreciação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como, apreciação e votação do Documento de Prestação de Contas 2015, nos termos da alínea l), do n.º2, do art.º25º, da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro – Certificada pelo Revisor Oficial de Contas;-----

---**Ponto cinco:** 1.º Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016, incluindo a aprovação dos encargos plurianuais decorrentes da inscrição do projeto ação “Construção do Campo de Jogos Municipal de Mesão Frio”, nos termos da alínea a), do n.º1, do art.º25, da lei n.º75/2013, de 12 de setembro e n.º6, do art.º22º, do Decreto-Lei n.º197/99, de 8 de junho – Proposta de Aprovação;-----

---**Ponto seis:** Afetação ao domínio público de uma parcela de terreno, nos termos da alínea Q), do n.º1, do art.º25, da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro – Proposta de Aprovação;-----

---**Ponto sete:** Período aberto ao público:-----

---Presentes os senhores, Carlos Alberto Esteves Miranda, Presidente da Assembleia Municipal, que, nesta qualidade, abriu a reunião às vinte e uma horas e dez minutos; Anabela Valério Marrafa de Macedo, 1ª secretária; Luís Miguel Silva Marques, 2º secretário; Carlos Manuel Pombo Soares Silva; Jorge Filipe Portela; Marco Aurélio Correia de Araújo Ferro; André Filipe Miranda Monteiro; José Eduardo Branco dos Santos; António César Vicente Nunes; Pedro Miguel Alves Poças; Vítor Miguel Barros da Fonseca; Manuel Fernando Mesquita Correia; Francisco Guedes Moreira (PS); Eduardo Cassiano Miranda (independente, eleito nas listas do PS); José da Fonseca Alves; Maria Teresa Freitas Alves Lúcio; Bruno Miguel Monteiro de Carvalho; Altino

de Sousa; Lisa Maria de Oliveira Martins e Cristina Perpétua Martins de Oliveira Barros Gomes (PPD/PSD).-----

---Presentes os senhores Alberto Monteiro Pereira, Presidente da Câmara Municipal; Paulo Jorge Teixeira da Silva; Cristina Isabel de Almeida Guedes Major (PS); Marco António Peres Teixeira da Silva (PSD) vereadores.-----

---FALTA JUSTIFICADA: António José Teixeira.-----

---Iniciada a sessão, o Senhor Presidente, após cumprimentar os presentes, colocou à votação a ata número um de 2016, que foi aprovada com dezoito votos a favor (não participaram na votação dois elementos, um de cada grupo parlamentar pelo facto de não terem estado presentes na última Assembleia).-----

---A Deputada Lisa Martins, referindo-se à ata, afirmou que o grupo parlamentar do Partido Social Democrata iria votar favoravelmente, mas apontou algumas lacunas destacando o facto de algumas intervenções não estarem vertidas no documento e também o pouco tempo para análise e correção da mesma, pedindo à mesa um maior cuidado na elaboração das atas e sugerindo que as sessões fossem gravadas. Afirmou ainda que o grupo parlamentar do Partido Social Democrata iria apresentar declaração de voto que se anexa a esta Ata.-----

---O Deputado Carlos pombo interveio para referir que também sugeriu alterações à ata e que, muitas vezes, as suas intervenções não constam das atas, continuou afirmando que as alterações sugeridas pelo Partido Social Democrata desvirtuam o documento, não pelo facto de não serem verdadeiras, bem pelo contrário, mas sim pelo facto de faltarem as respostas a essas intervenções, propondo à mesa a adoção de outras metodologias e referindo ainda que o grupo parlamentar do Partido Socialista iria aprovar a já referida ata.-----

---A Deputada Cristina Gomes propôs a elaboração da ata imediatamente a seguir à realização das sessões da Assembleia.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia referiu que o procedimento tem sempre riscos e que, no passado, as atas eram entregues na hora da sessão, o que obrigava a um enorme dispêndio de tempo. Disse que é importante é salvaguardar o essencial e dispensar o que é supérfluo e que, porventura, poderá ser equacionado o procedimento adotado, designadamente a possibilidade de se efetuarem gravações das sessões.-----

---**No ponto um**, abertas as inscrições, pediu a palavra o Deputado Luís Marques para informar a Assembleia sobre a ação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mesão Frio, relativa a: “Abril – Mês da prevenção dos maus tratos na infância e

juventude”, convidando em nome da referida comissão todos os deputados e população em geral a estarem presentes na formação do laço azul humano no dia vinte e nove de Abril.-----

---A Deputada Cristina Gomes usou da palavra para questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre a conclusão do saneamento básico em Vila Marim, uma vez que chegou apenas ao lugar da Ilha, onde parou, solicitando também esclarecimentos sobre o processo judicial que opõe a Autarquia ao munícipe António Conceição Correia. -----

---O Deputado Carlos Pombo começou a sua intervenção referindo-se ao processo judicial citado, informando que a situação do mesmo se encontra devidamente explicada no documento do ponto dois da ordem de trabalhos, efetuando ainda assim uma breve explicação da situação em que se encontra o processo.-----

---Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, este cumprimentou os presentes e, respondendo à Deputada Cristina Gomes, afirmou ser uma preocupação do executivo a conclusão e resolução de todos os problemas com a rede de saneamento, fazendo as devidas ligações às Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e não vazando para os rios; informou ainda que nos últimos anos esteve vetado aos Municípios o acesso a fundos comunitários para este tipo de obras a que só as grandes empresas como a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro tinham acesso, por forma a pressionar as Autarquias a entregar as águas em baixa, tendo a Autarquia de Mesão Frio resistido a essa entrega e feito obra, apresentando como exemplos, a construção da ETAR de Barqueiros, duas em Oliveira e uma em Cidadelhe. Continuou, dizendo que existem fortes possibilidades de serem reabertos os fundos comunitários às Autarquias, para resolução das situações pendentes, e que o caso do lugar da Rede é especial, uma vez que terá de ser feita uma bombagem para a ETAR de Valcovo, mas que, em todo o caso, os projetos estão feitos e prontos a candidatar. Complementando a informação prestada pelo Deputado Carlos Pombo, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, no que se refere ao processo judicial anteriormente referido, informou ser uma ação que vem do passado e que a posição do executivo em relação ao caminho da rede é clara, ou seja, defender o interesse público até ao último dia.-----

---O Deputado José Alves começou por felicitar o Senhor Presidente da Câmara pelo que disse em relação aos caminhos, referindo que gostava que a posição fosse sempre a mesma, uma vez que, no caso do caminho da Aboboreira, a abordagem da Autarquia foi diferente e o referido caminho é agora privado e não público, contrariando assim o que está descrito na carta militar. -----

---O Deputado Pedro Poças, aludindo ao processo do caminho da Aboboreira, referiu que o mesmo era de consortes e que, após a compra de todos os terrenos envolventes pelo mesmo Município, ficou automaticamente privado.-----

---A Deputada Lisa Martins questionou o Senhor Presidente da Câmara, no sentido de saber se tinha conhecimento de que existem fundos comunitários para o acesso ao abastecimento de água da rede pública, dando como exemplo, a Câmara de Vila Real, que não cobra as ligações aos Municípios que constroem casas, questionando ainda se o Município de Mesão Frio iria aderir a esse método, uma vez que beneficiaria os Municípios.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que desconhece se a Câmara de Vila Real financia ou não as ligações à rede pública, mas que, se o Município de Mesão Frio cobrar a água ao preço que cobra o Município anteriormente referido, também o poderá fazer, informando ainda que em Mesão não existem esse tipo de taxas. Esclareceu ainda, em relação ao processo de declaração de interesse público, votado na última Assembleia Municipal, que o mesmo deu entrada pela primeira vez na Câmara para licenciamento em 1996, seguindo-se um pedido de ampliação em 1997 e outro em 2001, em Dezembro de 2008 é enviada ao Presidente de então uma carta a solicitar a mudança de uso do armazém, carta essa que foi respondida dentro dos prazos legais através de um ofício onde eram apontados todos os documentos que deveriam ser entregues. O proprietário requerente, após receção do referido ofício, solicitou à Câmara um prazo de três meses para entrega de toda a documentação, solicitação essa que foi deferida pela Câmara Municipal e, até Janeiro de 2016, não foi entregue nenhum pedido ou processo sobre a mesma matéria, logo, a data referida na última Assembleia (2007) não é verdadeira; referiu ainda que o processo entrou dentro do prazo, e que a notícia de que o proprietário teria sido informado da situação pelo NERVIR não é verdadeira, uma vez que a equipa da Câmara reuniu várias vezes com o proprietário, familiares e seu engenheiro, fornecendo inclusive cópias da legislação em vigor.-----

---A Deputada Lisa Martins usou da palavra para referir que não sugeriu que fosse a Câmara a financiar as ligações de água, mas que acedesse a fundos comunitários que existem para o efeito.-----

---**No ponto dois**, o senhor presidente da Câmara Municipal informou a Assembleia sobre a atividade Municipal, incidindo a sua intervenção na presença de vários deputados da nação no nosso Concelho; na reunião mantida com o Senhor Secretário de Estado das autarquias locais para elaboração de um protocolo para a construção do

campo de jogos; na reunião no Museu do Douro com o Senhor Secretário de Estado do Ambiente para tratar das questões da rede de saneamento e obtenção da garantia de que a água em alta não sofreria alterações de preço; na presença da tomada de posse do Senhor Presidente da República; na assinatura de contrato de consórcio PRODERR; na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, onde estão previstos cinco contratos para o nosso Concelho; nas reuniões com técnicos do Museu do Douro, a propósito do museu do barco rabelo e na reunião com a Senhora Ministra da Justiça, de onde resultou a decisão de reabertura do Tribunal de Mesão Frio.-----

---No que diz respeito ao relatório financeiro, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que continua a ser trilhado o caminho iniciado há sete anos atrás, informando que a dívida atual do Município se situa nos seis milhões, setecentos e quarenta e cinco mil euros, prevendo estar até ao final do ano abaixo do limite de endividamento.-----

---O Deputado José Alves afirmou estar satisfeito com a visita dos deputados e que a mesma decorreu inserida nas jornadas parlamentares, pelo que era, no mínimo, obrigatório que visitassem o nosso Concelho, e que se congratula com a notícia da reabertura do Tribunal.-----

---**No ponto três**, O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou a Assembleia sobre os Contratos de Aquisição de bens e serviços com encargos plurianuais autorizados pela Assembleia Municipal, nos termos do n.º1, artigo 30.º, das Normas de Execução Orçamental, que fazem parte integrante das Grandes Opções do Plano e Orçamento 2016.-----

---**No ponto quatro**, O Senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma apresentação em powerpoint sobre a Apreciação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como, apreciação e votação do Documento de Prestação de Contas 2015, nos termos da alínea 1), do n.º2, do art.º25.º, da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro – Certificada pelo Revisor Oficial de Contas, tendo-se mostrado orgulhoso pelo trabalho desenvolvido pelo executivo que lidera, dando ênfase e destaque aos seguintes pontos: a Autarquia recebe, hoje, menos quinhentos mil euros do que recebia quando tomou posse pela primeira vez; foram feitos, no último ano, investimentos no valor de quatrocentos mil euros; a dívida baixou, no último ano, um milhão e cem mil euros, quando, no passado, antes da chegada deste executivo à Câmara, se aumentava a dívida à razão de um milhão de euros por ano; manutenção dos números da receita corrente; aumento da receita de capital por força do recebimento dos fundos relativos às obras do cemitério e da remodelação administrativa; taxa de

execução do orçamento de oitenta e oito por cento; inexistência de desvios das receitas de capital para receitas correntes mas sim, precisamente o contrário, o que significa que o dinheiro é gasto em coisas que ficam e duram; pequeno aumento na receita dos impostos diretos por força do aumento do IMI; quebra significativa na receita dos impostos relacionados com o IMT; diminuição das despesas com pessoal; normalização da dívida da água; contribuição da Autarquia para o Fundo Apoio Municipal (FAM), no valor de cento e noventa e cinco mil euros; prazo médio de pagamento a fornecedores de cinquenta e dois dias;-----

---O Deputado José Alves abordou a questão do menor recebimento do Fundo Equilíbrio Financeiro (FEF) em quinhentos mil euros, dizendo que, pelas contas que viu, esse número não era verdadeiro, referindo ainda que, embora não queira dizer que não se está a fazer uma boa gestão da câmara, há necessidade de perceber os valores da venda de património refletidos no documento, e que, esse mesmo património está a acabar; continuou a sua intervenção congratulando-se de que, pela primeira vez, viu, nos documentos, que a dívida, em dois mil e nove, era de dez milhões e não de doze milhões, como muitas vezes foi referido nas assembleias; terminou, dizendo que a contribuição para o FAM era dívida real e que as despesas com pessoal na verdade não diminuíram, uma vez que se gastou quase o mesmo com menor quantidade de funcionários.-----

---O Deputado Carlos Pombo referiu que o documento é técnico, devidamente certificado pelo revisor oficial de contas, o que, por si só, retira qualquer possibilidade de habilidades contabilísticas, tendo apelado à bancada do Partido Social Democrata, a aprovação por unanimidade. Referindo-se ao FAM, disse que era uma questão independente da vontade do Município, uma despesa forçada e uma obrigação imposta, e que, por isso, não conta para a capacidade de endividamento, não existindo, para todos os efeitos. Disse ainda que temos que ser sérios na análise dos documentos relativamente à diferença de valores da dívida em dois mil e nove, de dez para doze milhões, acrescentando que a bancada do Partido Socialista sempre disse que essa mesma diferença tinha a ver com encargos assumidos e não pagos, e que, pela lógica do Partido Social Democrata, esses dois milhões não contavam como dívida mas agora a verba do FAM já conta. -----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal, em resposta ao Deputado José Alves, mostrou à Assembleia os documentos apresentados em anos anteriores, para provar que sempre indicou que a dívida, em dois mil e nove, era de dez milhões, referindo ainda

que sempre disse que a dívida assumida no referido ano era de doze vírgula quatro milhões e que a dívida registada era de dez milhões, tendo recorrido ao relatório da auditoria para comprovar esses valores.-----

---O Deputado José Alves referiu que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata sempre foi contra o FAM, quer para adesão, quer para contribuição, dizendo ainda que, se a dívida em dois mil e nove era de doze milhões com obras em curso, também existiu comparticipação do estado para essas obras e terminou dizendo que foi uma boa opção a apresentação das contas em projeção.-----

Apreciação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e a respetiva avaliação – Aprovado por unanimidade.-----b)

Documento de Prestação de Contas 2015, nos termos da alínea l), do n.º2, do art.º25.º, da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro – Certificada pelo Revisor Oficial de Contas – Aprovado por maioria com quinze votos a favor e cinco abstenções dos membros do PSD (Lisa Martins, José Alves, Bruno Carvalho, Maria Teresa Lúcio e Altino de Sousa).-----

---**No ponto cinco**, O Senhor Presidente da Câmara apresentou a 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016, informando da necessidade de reforço da verbas para a construção do campo de jogos, para as futuras oficinas da Câmara no antigo campo de futebol e para a criação de um lote no mesmo local.-----

---O Deputado Carlos Pombo usou da palavra para felicitar o Senhor Presidente da Câmara pelo excelente trabalho institucional que realizou para que, finalmente, se realizasse esta obra, já que o campo de jogos era um desejo antigo da população desde há muito tempo e era, no passado, prometido em todos os atos eleitorais mas nunca realizado; terminou, felicitando, mais uma vez, o executivo por mais uma promessa cumprida.-----

a) **1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016** – Aprovado por maioria, com catorze votos a favor e seis abstenções dos membros do PSD (Lisa Martins, José Alves, Bruno Carvalho, Maria Teresa Lúcio, Cristina Gomes e Altino de Sousa).-----

b) **Encargos plurianuais decorrentes da inscrição do projeto ação “Construção do Campo de Jogos Municipal de Mesão Frio”**. - Aprovado por unanimidade.-----

---**No ponto seis**, O Senhor Presidente da Câmara apresentou à Assembleia o documento, onde propõe a afetação ao domínio público de uma parcela de terreno em fundo de vila.-----

Afetação ao domínio público de uma parcela de terreno, nos termos da alínea q), do n.º1, do art.º25, da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro - Aprovado por unanimidade.-----

---Nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada por unanimidade a minuta da reunião, sendo, de seguida, encerrada a sessão, pelas vinte e três horas e catorze minutos.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia

(Carlos Alberto Esteves Miranda)

A Primeira Secretária

(Anabela Valério Marrafa Macedo)

O Segundo Secretário

(Luis Miguel Silva Marques)
